



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PAUTA DA 47ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**01/07/2015
QUARTA-FEIRA
às 09 horas e 30 minutos**

Presidente: Senador Paulo Paim

Vice-Presidente: Senador João Capiberibe



Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

**47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 01/07/2015.**

47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA
Quarta-feira, às 09 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA - INTERATIVA

FINALIDADE	PÁGINA
Debater sobre o Tema: "O direito à meia-entrada e a Lei 12.933, de 2013".	11

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	RDH 73/2015 - Não Terminativo -		13
2	RDH 87/2015 - Não Terminativo -		16
3	RDH 99/2015 - Não Terminativo -		19
4	RDH 100/2015 - Não Terminativo -		21

5	RDH 101/2015 - Não Terminativo -		23
6	RDH 102/2015 - Não Terminativo -		25
7	RDH 103/2015 - Não Terminativo -		27
8	RDH 104/2015 - Não Terminativo -		29

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
Paulo Paim(PT)	RS (61) 3303-5227/5232	1 Lindbergh Farias(PT)	RJ (61) 3303-6427
Regina Sousa(PT)	PI (61) 3303-9049 e 9050	2 Benedito de Lira(PP)(13)(15)	AL (61) 3303-6148 / 6151
Angela Portela(PT)(13)	RR (61) 3303.6103 / 6104 / 6105	3 Telmário Mota(PDT)(8)	RR (61) 3303-6315
Fátima Bezerra(PT)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682	4 Cristovam Buarque(PDT)(7)	DF (61) 3303-2281
Donizeti Nogueira(PT)	TO (61) 3303-2464	5 Humberto Costa(PT)	PE (61) 3303-6285 / 6286
VAGO		6 VAGO	
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
Dário Berger(PMDB)	SC (61) 3303-5947 a 5951	1 Simone Tebet(PMDB)	MS (61) 3303-1128/1421/3016/3153/4754/4842/4844/3614
Hélio José(PSD)	DF (61) 3303-6640/6645/6646	2 Sérgio Petecão(PSD)	AC (61) 3303-6706 a 6713
Rose de Freitas(PMDB)(12)(17)	ES (61) 3303-1156 e 1158	3 Marta Suplicy(S/Partido)(14)	SP (61) 3303-6510
Omar Aziz(PSD)(17)	AM (61) 3303.6581 e 6502	4 VAGO	
Valdir Raupp(PMDB)(18)	RO (61) 3303-2252/2253	5 VAGO	
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
Maria do Carmo Alves(DEM)	SE (61) 3303-1306/4055	1 Davi Alcolumbre(DEM)	AP (61) 3303-6717, 6720 e 6722
Ataídes Oliveira(PSDB)(16)	TO (61) 3303-2163/2164	2 VAGO	
Flexa Ribeiro(PSDB)(16)	PA (61) 3303-2342	3 VAGO	
Cássio Cunha Lima(PSDB)(16)	PB (61) 3303-9808/9806/9809	4 VAGO	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
João Capiberibe(PSB)	AP (61) 3303-9011/3303-9014	1 Romário(PSB)	RJ (61) 3303-6517 / 3303-6519
Randolfe Rodrigues(PSOL)	AP (61) 3303-6568	2 José Medeiros(PPS)	MT (61) 3303-1146/1148
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
Magno Malta(PR)	ES (61) 3303-4161/5867	1 Eduardo Amorim(PSC)(10)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Vicentinho Alves(PR)	TO (61) 3303-6469 / 6467	2 VAGO	

- (1) Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).
- (3) Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (4) Em 25.02.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).
- (6) Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).
- (7) Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of. 15/2015).
- (8) Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 16/2015).
- (9) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (10) Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).
- (11) Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).
- (12) Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).
- (13) Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).
- (14) Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
- (15) Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
- (16) Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
- (17) Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
- (18) Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO(A): MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-4251
FAX: 3303-4646

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-2005
E-MAIL: cdh@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 1 de julho de 2015
(quarta-feira)
às 09h30**

PAUTA
47ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA - CDH**

1ª PARTE	Audiência Pública - Interativa
2ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª PARTE**Audiência Pública - Interativa****Assunto / Finalidade:**

Debater sobre o Tema: "O direito à meia-entrada e a Lei 12.933, de 2013".

Observações:

Esta Audiência Pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania – link: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número-0800612211.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RDH 70/2015](#), Senador Paulo Paim

Convidados:**Juca Ferreira**

- Ministro de Estado da Cultura

Gabriel Medina

- Secretário Nacional de Juventude

Paulo Roberto Martins Maldos

- Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos - SNPDDH/SDH

Odilon Wagner

- Presidente da Associação de Produtores Teatrais Independentes - APTI

Yélena de Fátima Monteiro Araújo

- Promotora de Justiça, Coordenadora da Caravana da Pessoa Idosa do Ministério Público do Estado de Pernambuco e Membro da Comissão da Pessoa Idosa do Conselho Nacional do Ministério Público de Pernambuco

Tatyana Rubim

- Membro da Diretoria da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro - APTR

Valéria Sperandio Rangel

- Representante da Coordenação Geral do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI

Alessandro Queiroga Barros

- Presidente da AQB Produções e Marketing LTDA, Fundador e Conselheiro da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos - ABRAPE

Warley Martins Gonçalves

- Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP

Neusa Müller

- Coordenadora Geral dos Direitos do Idoso da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Representante da União Nacional dos Estudantes - UNE**2ª PARTE****PAUTA****ITEM 1****REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 73, de 2015**

Requer a realização de audiências públicas, em número de duas ou mais, se necessário, para discorrerem e debaterem sobre o Projeto de Lei do Senado, número 470, de 2013, que dispõe sobre o Estatuto da Família.

Autoria: Senador Magno Malta

Textos da pauta:

[Requerimento \(CDH\)](#)

ITEM 2**REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 87, de 2015**

Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para debater os problemas enfrentados pelos pacientes com doenças renais que necessitam de hemodiálise ou que estejam na fila de espera para transplante de rim.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Textos da pauta:

[Requerimento \(CDH\)](#)

ITEM 3**REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 99, de 2015**

Requer o aditamento ao RDH nº 89, de 2015, para inclusão de convidados.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Textos da pauta:

[Requerimento \(CDH\)](#)

ITEM 4**REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 100, de 2015**

Requer a realização de audiência pública nesta Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, para discutir o “Relatório da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2014”, com foco, também, na

PEC 215/2000 que trata da demarcação das terras indígenas e na 'Encíclica Verde' anunciada pelo Papa Francisco.

Autoria: Senador Telmário Mota

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CDH)

ITEM 5

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 101, de 2015

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "Saúde e Terceirização".

Autoria: Senador Paulo Paim

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CDH)

ITEM 6

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 102, de 2015

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "Valorização da Educação e dos Trabalhadores de Educação".

Autoria: Senador Paulo Paim

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CDH)

ITEM 7

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 103, de 2015

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para "Apresentação dos resultados da Pesquisa de Opinião Pública Nacional sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente".

Autoria: Senador Paulo Paim

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CDH)

ITEM 8

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 104, de 2015

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "a contribuição assistencial: destinada a financiar a negociação coletiva e outras atividades sindicais".

Autoria: Senador Paulo Paim

Textos da pauta:[Requerimento](#) (CDH)

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA - INTERATIVA

1

REQUERIMENTO Nº 70, DE 2015

Senhor Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa,

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o tema **"O Direito à meia-entrada e a Lei 12.933/2013"**.

O pedido justifica-se pelo fato do Ministério da Cultura estar elaborando a regulamentação da referida norma e haver interpretações diversas a respeito da inclusão da pessoa idosa na cota de 40% prevista na norma.

Os convidados serão indicados, posteriormente, à Secretaria da Comissão.

Sala da Comissão,

Senador Paulo Paim

PT/RS

2ª PARTE - DELIBERATIVA

1

REQUERIMENTO Nº 73, DE 2014

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, em número de duas ou mais, se necessário, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tendo como convidados o Procurador Regional da República, Dr. Guilherme Schelb, Pastor Silas Malafaia, Procurador Regional Ronaldo Albo, Desembargador Pedro Valls Feu Rosa, e Juíza de Direito, Dra. Hermínia Azoury, ambos do Estado do Espírito Santo, Psicóloga Dra. Elisete Malafaia, Pr. Renê Terra Nova, Dr. Ives Gandra Martins e igualmente o Ministro Ives Gandra Martins Filho, Dra. Marisa Lobo, psicóloga, **1 representante da ANAJURI – Associação Nacional dos juristas Evangélicos do Brasil, 1 representante dos Juristas de Cristo do Brasil, 1 representante da Comissão de Vida e Família da CNBB**, estes, conforme designação das respectivas entidades. para discorrerem e debaterem sobre o **Projeto de Lei do Senado, número 470, de 2013, que dispõe sobre o Estatuto da Família**, que se encontra em fase de elaboração de relatório, pelo Relator, Senador João Capiberibe.

As datas das referidas audiências, serão definidas pela presidência, segundo a agenda da Comissão.

JUSTIFICATIVA

Para estabelecermos uma norma de conduta de orientação e formação para as famílias, conforme sugerido na proposição oportunamente apresentada pela Senadora Lídice da Mata, não podemos como legisladores estabelecer segundo nossos próprios conceitos, que por mais que conheçamos, não serão ainda suficientes, para estabelecer uma linha ou estabelecer um paradigma para os relacionamentos familiares e para tanto, precisamos formar convicção através das diversas opiniões no seio da sociedade. Precisamos assim, de estabelecer uma ampla discussão de toda a sociedade civil, juristas e entidades que têm por sua própria constituição a missão de trabalharem pela estruturação e conservação de

uma família saudável que seja realmente a coluna mestra de uma nação, firmada sob os princípios morais, éticos e espirituais.

Por essa razão, conforme foi estabelecida em consenso, quando da leitura do relatório sobre a proposição, na sessão legislativa passada, de que essa comissão deveria fazer tantas audiências quantas fossem necessárias, para trazer luz à proposição, que tomo a iniciativa de reapresentar o presente requerimento, que já foi objeto de aprovação anteriormente, mas arquivado, pelo encerramento da composição da comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

Senador MAGNO MALTA

2ª PARTE - DELIBERATIVA

2

REQUERIMENTO Nº 87, DE 2015

Nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa e Assuntos Sociais, para debater os problemas enfrentados pelos pacientes com doenças renais que necessitam de hemodiálise ou que estejam na fila de espera para transplante de rim. Pretende-se ainda discutir as dificuldades de acesso aos medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a baixa remuneração das sessões de diálise realizadas nos pacientes do SUS e a necessidade de renovar os equipamentos e de melhorar a capacitação dos funcionários dos centros de hemodiálise do País.

Solicita-se a participação dos seguintes expositores:

- Sr. Arthur Chioro, Ministro de Estado da Saúde;
- Sra. Carmen Tzanno Branco Martins, Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN);
- Sr. Hélio Vida Cassi, Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante (ABCDT);
- Membro do Ministério Público;
- Sr. José Roberto Nogueira, nefrologista em Aracaju.

JUSTIFICAÇÃO

Em 12 de março, comemorou-se o Dia Mundial do Rim. Em tal evento, houve oportunidade de debater sobre vários aspectos referentes à saúde renal. Apesar dos avanços no tratamento das doenças renais, persistem problemas na assistência aos pacientes, sobretudo no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Uma das preocupações advém do aumento da prevalência de pessoas com doença renal crônica. Esse fenômeno pode ser atribuído ao

envelhecimento da população, ao aumento dos casos de diabetes melito e de hipertensão arterial sistêmica – e à má qualidade da assistência prestada nas Unidades Básicas de Saúde aos portadores de tais enfermidades – e a certos aspectos comportamentais da população como o sedentarismo e a dieta de má qualidade.

Assim, de um lado, o quadro é preocupante, pois o aumento dos casos de insuficiência renal crônica foi muito superior à ampliação da oferta de vagas nos serviços de hemodiálise no sistema público do País.

De outro lado, existem queixas a respeito da baixa remuneração dos procedimentos realizados em pacientes do SUS. De acordo com prestadores de serviço de terapia renal, o valor pago pela sessão de hemodiálise é bastante inferior ao custo atinente à manutenção dos equipamentos e ao pagamento de profissionais. Diante dessa situação, algumas clínicas estão deixando de atender aos pacientes do SUS, como forma de minimizar os prejuízos. Ademais, a defasagem da tabela de remuneração por procedimentos do SUS é agravada por circunstâncias tais como a valorização do dólar (em virtude de muitos insumos e equipamentos serem importados) e o aumento da taxa de inflação no Brasil.

No que tange aos transplantes renais, apesar de o Brasil possuir robusto programa público de transplantes de órgãos, observam-se dificuldades para atender a todos os pacientes que necessitam do procedimento. Segundo dados publicados no Registro Brasileiro de Transplantes (RBT), da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO), em março de 2015, havia cerca de dezoito mil pacientes ativos, em lista de espera, aguardando um enxerto renal. Ainda de acordo com a publicação da ABTO, existe a expectativa de, em 2015, haver queda do número absoluto de transplantes renais em relação ao ano anterior, fenômeno que não ocorre desde 2006.

Assim, diante da relevância do assunto, formulamos o presente requerimento de audiência pública a ser realizada no âmbito das Comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Sala da Comissão,

Senador EDUARDO AMORIM

2ª PARTE - DELIBERATIVA

3



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RANDOLFE RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 99, DE 2015-CDH

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o plenário desta Comissão, seja aditado o Requerimento nº 89, de 2015, aprovado nesta comissão na sua 38ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 10 de junho do corrente, para incluir a presença do seguinte convidado:

- Representante do Ministério das Cidades
- Advogado Paulo Fernando Melo da Costa - Diretor Adjunto da FUNAP - Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso

Sala da Comissão,

Senador RANDOLFE RODRIGUES

2ª PARTE - DELIBERATIVA

4

REQUERIMENTO Nº 100, DE 2015

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, **REQUEIRO** a realização de audiência pública nesta Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, para discutir o “Relatório da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2014”, com foco, também, na PEC 215/2000 que trata da demarcação das terras indígenas e na ‘Encíclica Verde’ anunciada pelo Papa Francisco.

Para tanto, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades:

1. **Dom Leonardo Ulrich** – Secretário-Geral da CNBB;
2. **Dom Erwin Kräutler** – Presidente do Conselho Indigenista Missionário - CIMI;
3. **Dra. Lúcia Helena Rangel** – Antropóloga;
4. **Dr. Cleber César Buzatto** – Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário - CIMI;
5. **Cacique Tito Vilhalva** – Guarani Kaiowá;

Sala das Comissões,

Senador **TELMÁRIO MOTA**
PDT/RR

2ª PARTE - DELIBERATIVA

5

REQUERIMENTO Nº 101, DE 2015

Senhor Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa,

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema ***“Saúde e Terceirização”***.

A solicitação da Audiência veio por intermédio da CNTS – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde.

Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Sala da Comissão,

Senador **Paulo Paim**
PT/RS

2ª PARTE - DELIBERATIVA

6

REQUERIMENTO Nº 102, DE 2015

Senhor Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa,

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema ***“Valorização da Educação e dos Trabalhadores de Educação”***.

A solicitação da Audiência veio por intermédio da FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil.

Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Sala da Comissão,

Senador **Paulo Paim**
PT/RS

2ª PARTE - DELIBERATIVA

7

REQUERIMENTO Nº 103, DE 2015

Senhor Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa,

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para “*Apresentação dos resultados da Pesquisa de Opinião Pública Nacional sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente*”.

Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Sala da Comissão,

Senador **Paulo Paim**
PT/RS

2ª PARTE - DELIBERATIVA

8

REQUERIMENTO Nº 104, DE 2015

Senhor Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa,

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater “**a contribuição assistencial: destinada a financiar a negociação coletiva e outras atividades sindicais**”. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Sala da Comissão,

Senador **Paulo Paim**
PT/RS